

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 39.012 - CE (2019/0294384-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECLAMANTE : LIDUINA OFÉLIA DUARTE BARRETO
ADVOGADO : RENAN DE FRIAS QUEIROZ - CE032287
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO CEARÁ
INTERES. : UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA
ADVOGADOS : DAVID SOMBRA PEIXOTO - CE016477
GLAUCIANNE BARBOSA AGUIAR - CE026322

DESPACHO

A parte apresentou documento comprobatório do deferimento da gratuidade de justiça na origem (fl. 199).

Segundo entendimento do STJ, "a concessão da assistência judiciária gratuita, por compor a integralidade da tutela jurídica pleiteada, comporta eficácia para todos os atos processuais, em todas as instâncias, alcançando, inclusive, as ações incidentais ao processo de conhecimento, os recursos, as rescisórias, assim como o subsequente processo de execução e eventuais embargos à execução, independentemente de novo pedido" (AgRg nos EAREsp n. 86.915/SP, relator Ministro Raul Araújo, Corte Especial, DJe de 4/3/2015).

Dessa forma, **distribua-se o presente feito independentemente do transcurso do prazo.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente